Aos dezessete dias do mês de maio de dois mil e dezoito, às catorze horas e trinta minutos no Auditório do Sindicato dos Médicos de Alagoas – SINMED/AL, foi realizada a sexagésima sétima (67ª) Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Saúde de Alagoas – CES/AL. Estavam presentes na reunião os **Conselheiros Titulares:** Alfredo Raimundo Correia Dacal (UNCISAL), Maria do Perpetuo Socorro Ayres Oliveira (FUNASA/AL),Cícera Joseane Siqueira Araújo (ADEFAL), Jesonias da Silva (FUNDEG), Vera Elias Rodrigues (Santa Casa de Misericórdia de Maceió), Cristiano Sousa Silva (Conselho Regional de Odontologia de Alagoas – CRO/AL), Eluciane Soares da Luz (Conselho Regional de Enfermagem de Alagoas – COREN), Jade de Albuquerque Rodrigues (SINTRAEL), Francisco Renê Leite Gondim (CRF/AL), Maria Derivalda Andrade (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado de Alagoas – SASEAL), Bruna Lorena Araújo Pereira (CODISE/AL/SE), Cícero Vieira Sampaio (Instituto Alvorada), Francisco Paulo da Silva (ACORDE), Clodoaldo Vieira Guimarães (CGTB), Francisco Ricardo Correia Mata (CUT/AL), Gerônimo Ferreira da Silva (AAAHD), José Cláudio Vital Custódio (Peregrino do Amor), José Wilton da Silva (Associação dos Renais Crônicos de Alagoas – ARCAL), Manoel Eduardo Oliveira (FAMECAL), Marcus José Guimarães Rego (FAAPIAL), Maria Alice Gomes Athayde (FASPEAL), Maria Augusta Machado Marinho (APOSTE), Tony Cloves Pereira (IDECON/AL), Wellington Soares dos Santos (AMAI) e dos **Conselheiros Suplentes**: Sylvana Medeiros Torres (COSEMS), Josenete de Souza Pimentel (CEAMI), Amaro Honório da Silva (SINTRAEL), Pedro Ricardo dos Santos (SINDAS/AL), Fernando Antônio Souza Dórea (IDECON/AL), Maria de Fátima Lopes de Albuquerque (FETAG/AL). **Convidados:** Marilda Pereira e Neyla Menezes (Apoiadoras Institucional do Ministério da Saúde em Alagoas – NEMS-AL/SEINSF), Bruno Oliveira, Paulo Guilherme e Karla Melo (Assessores Técnicos da Superintendência de Planejamento/SESAU), Lindinalva Helena B. Teixeira – Gerência de Vigilância. Sanitária/SESAU. **Técnicos do CES/AL presentes**: Maria de Fátima Leite Carnaúba, Joellington Medeiros Santos, Simone Stella Gabriel Barros, Silvana Matos Meira Bastos, Elza Simões do Amaral, John Carlos Muniz da Silva, Thâmara Moura Santos, Maria de Fátima da Silva, Maria do Socorro Santos Rocha, José Samir da Silva e Maurício Alves Pastor. A reunião teve como **Expedientes do dia:** Item I – substituições de Conselheiros; Item II – Justificativas de faltas de conselheiros, Item III – Apresentação de convidados, bem como, de novos conselheiros ao plenário e **Pontos de Pauta:** Item I – Apresentação do relatório de visita ao Hospital Geral do Estado/HGE, realizada no dia 22 de abril de 2018, Item II – Apresentação pela Comissão de Orçamento e Programação dos Pareceres acerca dos Relatórios de Gestão – RAG 2015 e RAG 2016. Após formação da mesa, **o presidente do CES/AL, Jesonias da Silva** cumprimentou a todos desejando boas vindas**,** passando a apresentação dos convidados, ressaltando que as apoiadoras técnicas do Ministério da Saúde, por conhecerem as necessidades de saúde do estado de Alagoas, terão muito a contribuir com o processo de trabalho. O conselheiro **Gerônimo Ferreira da Silva - 1º Secretário da Mesa Diretora,** fez a leitura do resumo executivo, onde foram mencionadas as justificativas das faltas dos (as) conselheiros (as) Maria das Graças Xavier (segmento usuário), Rejane Rocha, Mauricio Sarmento e Leidjane Ferreira, segmento dos trabalhadores de saúde.**A apoiadora Institucional do NEMS-AL/SEINSF Neyla Menezes** agradeceu o apoio do presidente do CES/AL, Jesonias da Silva e disse que estava se sentindo acolhida, e que em dois mil e dezessete (2017) esteve numa reunião do CES/AL, apresentando um projeto, onde naquele momento precisava de resposta emergencial, tendo em vista que o município de Maceió tinha uma alta incidência de sífilis, passando a ocupar o quinto lugar no Estado. Falou que atualmente existe um grupo de trabalho (GT) que se reúne mensalmente e pretendem voltar para apresentar novamente o projeto com suas interfaces e conquistas. A técnica finalizou agradecendo a todos e se colocando a disposição, passando a informar seu e-mail. **Jesonias da Silva** agradeceu e disse que as portas do CES/AL estarão sempre abertas para o Ministério da Saúde. Em seguida comunicou ao pleno que os informes estariam abertos para inscrição até às quinze horas. Prosseguindo o Presidente do CES/AL, **Jesonias da Silva** falou dos pontos de pauta e disse que a mudança das datas da reunião extraordinária de dezesseis de maio de dois mil e dezoito(16/05/2018), para dezessete de maio de dois mil e dezoito (17/05/2018), foi devido à indisponibilidade de local da reunião: Sindicato dos Médicos do Estado de Alagoas, agradecendo a gentileza e compreensão do Presidente do Sindicato dos Médicos em liberar o espaço para as reuniões do CES/AL. Continuando, passou a informar que algumas Comissões do CES/AL já foram reconduzidas, bem como eleito outros coordenadores e relatores, a exemplo da Comissão de Ação a Saúde que foi eleita a conselheira Maria Augusta como coordenadora e Maria José como relatora. Logo após, passou a apresentar o primeiro ponto de pauta: Relatório de Visita ao HGE**.** Nesse momento **o conselheiro Tony Cloves Pereira** pediu questão de ordem, passando a questionar o porquê da Coordenadora da Comissão de Ação a Saúde não apresentar o relatório. O presidente do CES/AL, **Jesonias da Silva** explicou que a Coordenadora Maria Augusta não participou da visita ao HGE, então abdicou de apresentar o relatório, passando a responsabilidade para ele, Jesonias da Silva. Dessa forma, foi iniciada a apresentação, onde o presidente informou que o HGE tem hoje seis leitos na Ala de pediatria, apresentando deficiências nas estruturas internas, falou também das imagens chocantes, a exemplo de ambientes escuros apresentando lama e mofo, passando a deixar a equipe do CES/AL que se encontrava participando da visita impressionada com a situação encontrada. Dentre as situações encontradas, foi visto que os profissionais estavam transferindo as crianças para outras alas usando sobrinhas, áreas de circulação deprimentes. Complementando, disse que a propaganda do Governo do Estado mostra uma imagem bem diferente da realidade. Ao término de sua fala o presidente do CES/AL, Jesonias da Silva passou a palavra para o representante da Vigilância Sanitária do Estado. **Lindinalva Helena B. Teixeira – Gerência de Vigilância. Sanitária/SESAU** falou que tinha elaborado um relatório sobre a situação do HGE para o CES/AL, no entanto, a responsabilidade de supervisioná-lo não é da Vigilância Sanitária do Estado, e sim, da Secretaria Municipal de Maceió e o Setor de Engenharia do Estado SERVEAL. O Presidente do CES/AL **Jesonias da Silva** respondeu que não entendia o porquê dessa responsabilidade não ser do Estado, inclusive, já tinha mandado convite pra SERVEAL se fazer presente na reunião do CES/AL, mas não houve resposta. O conselheiro **José Cláudio Vital Custódio** disse que apesar de não ter gestor na reunião para responder as questões, mas que essa matéria já tinha sido vista na mídia, mas quando o Secretário do Estado da Saúde fez a apresentação da prestação de contas na Assembléia Legislativa, sinalizou que estava tudo em ordem, no entanto, os problemas continuam e corroborados na visita técnica que foi realizada pela equipe do CES/AL ao HGE, cabendo publicizar e divulgar as informações, como também, juntar toda documentação comprobatória dos fatos e encaminhar aos órgãos de controle.**O conselheiro José Wilton da Silva** disse que tomou conhecimento que o relatório da visita técnica ao HGE foi encaminhado para a Comissão de Ação a Saúde e que tinha prazo, diante disto, deixa o seu repúdio ao Secretário Estadual de Saúde que só apareceu no CES/AL no momento da posse, onde na realidade, o secretário deveria se fazer mais presente nas reuniões do Conselho. **O conselheiro suplente Jordeval Soares de Morais** disse que causava estranheza o fato de não se encontrar na reunião os envolvidos na questão, momento em que estava sendo apresentado o relatório da visita técnica, como também o fato das pessoas que se encontram na gestão deixarem uma situação desta acontecer, porque deveria ter mais celeridade nas demandas dessa natureza, tanto do CES, como dos outros órgãos envolvidos. Em seguida passou a questionar a apresentação realizada pelo Secretário de Estado da Saúde na Assembléia Legislativa acerca da Prestação de Contas, e finalizou perguntando: o secretário não está cuidando do HGE, como vai cuidar de quatro novos hospitais?**O conselheiro suplente Fernando Antônio Souza Dórea** questionou o presidente do CES/AL Jesonias da Silva, dizendo que essa visita poderia ter acontecido com a participação do município de Maceió, inclusive envolvendo a vigilância sanitária. Disse também, que se houve ineficiência na reforma realizada no HGE, o Estado deveria cobrar da empresa que fez o serviço. Finalizando fez a recomendação para enviar o relatório para os órgãos de controle, porque é dinheiro público e todos devem colaborar, principalmente por se tratar de saúde e não doença, enfim fazer ação conjunta. **O conselheiro Tony Cloves Pereira,** disse que o relatório foi elaborado, mas a oitiva do que aconteceu, equivocadamente, um ano depois, todo trabalho que foi realizado zerou, passando a questionar quem foram os responsáveis? Lembrando que quando se trata de pacientes e crianças o risco é de 100% (cem por cento) e a idoneidade das pessoas onde fica? Disse ainda que o presente relatório precisava ser mais endossado. O CES/AL esteve presente, junto com a imprensa, disse que o Sr. Jesonias da Silva como presidente funcionou como um ótimo coordenador. **O conselheiro Alfredo Raimundo Correia Dacal** lamentou as ocorrências das fortes chuvas, destacando que a direção do HGE não enviou nenhum representante para prestar esclarecimentos sobre o ocorrido, então sugeriu que o CES/AL solicitasse uma reunião com a gerência do HGE para prestar esclarecimentos. O conselheiro finalizou dizendo que a SERVEAL deveria fiscalizar, segundo o técnico, foi informado pela equipe que prestou serviço no HGE que houve um erro estrutural na calha, por conta disso, houve entupimento com sacos plásticos. Por isso, o conselheiro disse que seria muito importante a presença de algum representante da direção geral do hospital na reunião do CES/AL, com vista a prestar esclarecimentos em questão. **A conselheira Bruna Lorena Araújo Pereira** citou que existe uma lei que reza que por um período de cinco anos toda responsabilidade é do construtor que fez a obra, o contratante não tem que pagar nenhum real pelo ocorrido, e sim, acionado, no caso o construtor responsável pela obra. Nesse momento **o Presidente do CES/AL Jesonias da Silva** fez uso da palavra, dizendo que já tinha vários encaminhamentos, sugerindo voltar o relatório para Comissão de Ação a Saúde e juntar a proposta do conselheiro Alfredo Raimundo Correia Dacal, convocar o Conselho Municipal de Maceió e paralelo enviarem para os órgãos de controle. **O conselheiro José Cláudio Vital Custódio** disse que uma vez que o relatório já foi aprovado na Comissão de Ação a Saúde, o ideal seria enviar para os órgãos de controle do Estado.**O conselheiro José Wilton da Silva** falou que o papel do CES/AL e das Comissões é ouvir as causas, perguntando “qual a garantia que tal problema não venha ocorrer novamente? Portanto, não se pode deixar de ouvir as partes, precisando agendar prazos!”. Finalizou dizendo que o papel do conselho é de órgão fiscalizador. O Presidente do CES/AL **Jesonias da Silva,** disse que os encaminhamentos seriam retornar o relatório para a comissão apurar os fatos e paralelo encaminhar para os órgãos de controle. **O conselheiro José Cláudio Vital Custódio** fez uso da palavra acatando a decisão do presidente do CES/AL. **O Presidente do CES/AL Jesonias da Silva** sugeriu um prazo de 30(trinta) dias, lembrando que precisava apenas do relatório. **A conselheira Maria do Perpetuo Socorro Ayres Oliveira** iniciou questionando o presidente do CES/AL Jesonias da Silva, perguntando: Se o problema atual do HGE era um problema novo ou fazia referência ao passado? O presidente respondeu que fazia referência ao inverno do ano passado, momento que houve uma visita do CES/AL pela Comissão de Ação a Saúde, onde as partes envolvidas foram acionadas, inclusive a SERVEAL que fez um relatório técnico sobre a situação do HGE e entregue a direção para as devidas providências, em seguida o CES juntou toda documentação e enviou aos órgãos de controle na época**.** Então a **conselheira Maria do Perpétuo Socorro** sugeriu que ao invés de mandar o relatório atual para os órgãos de controle, considerando que foi apenas uma visita técnica e não de investigação, recomendou fazer um documento, agregando ao relatório que já foi elaborado e junto, fossem encaminhados aos órgãos de controle do Estado. O Presidente do CES/AL **Jesonias da Silva** enfatizou que vai um relatório para a comissão de ação a saúde e outro para os órgãos de controle, lembrando que o relatório já tinha sido devolvido para a comissão. O presidente disse com relação aos convidados teriam obrigação de estarem na reunião para se posicionarem, em seguida colocou a proposta para votação obtendo 27(vinte e sete) votos a favor, contra zero (0) e abstenção zero (0). Finalizada as discussões o presidente do CES/AL Jesonias da Silva passou para o conselheiroFrancisco Ricardo Correia Matafazer a apresentação do **segundo ponto de pauta** referente a apresentação dos Pareceres dos Relatórios Anual de Gestão de dois mil e quinze e dois mil e dezesseis. O conselheiro iniciou dizendo que entende que a priorização da gestão deveria ser a Política de Atenção Básica, mas que infelizmente, de acordo com a análise realizada nos citados documentos, pela Comissão de Orçamento e Programação, mostram uma inversão da priorização das políticas públicas, onde os investimentos são maiores na média e alta complexidade. Em seguida disse que os dados referentes aos indicadores de saúde que foram pactuados e alcançados mostram a situação da saúde do Estado de Alagoas, segundo posicionamento do conselheiro tem relação, principalmente, pela falta de investimentos da gestão na atenção básica. Finalizada as explicações, o conselheiro passou a informar que os Pareceres faziam referências aos Relatórios de Gestão de dois mil e quinze e dois mil e dezesseis. Continuando passou a apresentar o Parecer do RAG/2015, mas antes, informou que o relatório já tinha sido apreciado no pleno, ficando decidido em plenária que o mesmo deveria serem caminhado para análise dos órgãos de controle, ficando em aberto a responsabilidade do Ministério Público Estadual aprovar ou não o Parecer referente ao RAG/2015, mas a decisão do Ministério Público Estadual foi em devolver o Relatório Anual de Gestão de dois mil e quinze (2015) para uma posição conclusiva do CES/AL. Dando continuidade, o **conselheiro Francisco Ricardo Correia Mata** fez a apresentação do Parecer do RAG/2015. Terminada a apresentação foram abertos os debates com o posicionamento do **conselheiro Cícero Vieira Sampaio** que falou que mesmo sem fazer parte da Comissão de Orçamento e Programação, sempre participa das reuniões, principalmente quando das avaliações dos Relatórios de Gestão, com o objetivo de se inteirar da situação da saúde do Estado. O conselheiro disse ainda, que as UPAS foram projetadas para atender dez mil pessoas, mas infelizmente ultrapassa de quinze mil, superlotando o serviço de saúde. Com relação ao HGE a situação ainda mais complicada, isso se deve ao fato que o Estado está deixando de investir na Atenção Básica, deixando a responsabilidade para os municípios. O conselheiro disse também, que o Estado precisa manter a cooperação técnica aos municípios, citando “assim como o Estado pode construir hospitais, também tem obrigação de repassar e garantir a contrapartida nos atendimentos da atenção básica”. Finalizou dizendo que seu voto é contra a aprovação do Parecer do RAG/2015. **O conselheiro Alfredo Raimundo Correia Dacal** disse que de acordo com o apresentado houve uma discrepância entre a atenção baixa e alta complexidade, passando a questionar se existem percentuais determinados por área de atenção à saúde. **A conselheira Maria Alice Gomes Athayde** disse que talvez não estivesse bem entendido, passando a esclarecer que infelizmente não se pode recuperar o que não foi realizado, ou seja, não aconteceu, complementou a fala dizendo que o Estado tinha que ser solidário com atenção básica, pois estaria salvando vidas, passando a questionar o que aconteceu com a falta de complementação das metas dos quadrimestres. **O conselheiro José Wilton da Silva** disse que quando a Secretaria Estadual de Saúde deixou de aplicar os montantes correspondentes a cada quadrimestre, o cidadão foi quem saiu perdendo, pois deixou de ter seus direitos garantidos, a exemplo do acesso a saúde, medicação etc. **O conselheiro José Wilton da Silva** disse ainda que o CES/AL fiscaliza, mas os órgãos de controle têm que fazer o seu papel, seja até de punir as falhas identificadas, diante de tanta politicagem. Em seguida questionou sobre o parecer da Comissão de Saúde e a apresentação da Assembléia Legislativa, lembrando que seria necessário que o CES/AL enviasse o citado Parecer para os órgãos de controle, para que o Estado fosse responsabilizado pelo não cumprimento de suas obrigações, no tocante à assistência à saúde do cidadão. **O técnico da Comissão de Orçamento e Programação Joellington Medeiros Santos** disse que a estratégia é a mesma, ou seja, o não cumprimento das metas, em contrapartida consta nos Relatórios de Gestão que o Estado vem aplicando os doze por cento (12%) na saúde preconizada por lei, por outro lado, continua gastando recursos sem o cumprimento das metas e, quando não se cumpre as metas pactuadas agrava-se os problemas de saúde da população, empurrando os problemas pra frente, isso tem relação direta com o estado da saúde dos Alagoanos, por conta dessa situação dos indicadores analisados nos Relatórios de Gestão, foi o que pesou para a Comissão de Orçamento e Programação sugerir a aprovação ou não, dos referidos relatórios, ou seja, o cumprimento das metas, citando que nas Programações Anual de Saúde, oitenta por cento (80%) dos indicadores são de responsabilidade da Atenção Básica. Além disso, segundo o técnico, o Estado tem corresponsabilidade com a Atenção Básica desde oco-financiamento, assessoria técnica e apoio aos municípios. Em seguida o técnico **Joellington Medeiros Santos** questionou: Quem disse que o Estado não faz atenção básica? Lembrando que o Sistema de Saúde é Único e tripartite, portanto o Estado tem obrigação de ser solidário e ter responsabilidade, simplesmente está deixando todas as responsabilidades para os municípios. O técnico disse que no momento que se deixa de executar oitenta por cento (80%) das ações da Atenção Básica está deixando cronificar as doenças para internar. Então passou a questionar que modelos de saúde querem para o Estado? Que política de Saúde é essa? Finalizou dizendo diante do cenário da cronificação das doenças de cem anos atrás, o Estado vai precisar não só de seis hospitais e sim, de muito mais para dar conta dos internamentos. **O presidente do CES/AL Jesonias da Silva** disse que os municípios estão gastando muito mais do que o Estado, ou seja, o Estado não investiu nada na atenção básica no primeiro e segundo quadrimestre do ano referente ao relatório anual de gestão, e em contrapartida, sinalizou mais de sessenta por cento (60%) no terceiro quadrimestre. **O presidente do CES/AL**, **Jesonias da Silva** disse que isso era política de doença e não de saúde, resumindo, disse que o governo do Estado está usando construção de hospitais porque dá mais votos, o que considera desumano. Finalizando sugeriu colocar o Relatório Anual de Gestão/2016 em votação. A conselheira **Maria do Perpetuo Socorro Ayres Oliveira lembrou** que quem aprova o Relatório Anual de Gestão é o Tribunal Estadual de Contas de Alagoas, encontrando irregularidades eles devolvem para os órgãos de controle. Após a fala da conselheira, **o presidente do CES/AL, Jesonias da Silva** colocou o Relatório Anual de Gestão/2015 para votação do pleno, ou seja, pela não aprovação do Relatório Anual de Gestão/2015, sendo aprovado por unanimidade 26 (vinte e seis) votos. **O conselheiro Francisco Ricardo Correia Mata,** Coordenador da Comissão de Orçamento e Programação, fez menção à situação dos problemas crônicos do HGE, onde existe uma grande demanda de atenção básica oriundas dos municípios. Em seguida passou a apresentar o Parecer do Relatório Anual de Gestão de dois mil e dezesseis (2016). O conselheiro **Cícero Vieira Sampaio** sugeriu dar o mesmo encaminhamento do Relatório Anual de Gestão de dois mil e quinze (2015), disse ainda que o Conselho Nacional de Saúde mandou por e-mail, o relatório da conferência de vigilância da saúde, então sugeriu que os conselheiros se reunissem para analisar o citado relatório, buscando encontrar propostas que venham melhorar a participação de todos, ou seja, regatar as deliberações constantes no citado relatório da Conferência de Vigilância da Saúde. **O conselheiro Cristiano Sousa Silva** disse que trabalha na área de odontologia, onde a meta é a prevenção, citou o Programa Saúde na Escola - PSE, onde o Estado é coparticipante, inclusive com materiais, os dentistas estão todos lotados nos municípios, o Estado só acompanha as ações que estão sendo executadas e não repassa nenhuma ajuda financeira. Segundo o conselheiro, o Estado precisa ajudar os municípios. A prevenção é um trabalho contínuo e diário e o Estado tem que ser parceiro. **O conselheiro José Cláudio Vital Custódio** disse que o Relatório Anual de Gestão de 2016, bem como, o de 2017, também terá suas lacunas, por isso solicitou da mesa, em especial do técnico Joellington Medeiros Santos e a Secretária Executiva do CES/AL, Maria de Fátima Leite Carnaúba que passasse para os e-mails dos conselheiros a Lei, Decreto que trata do assunto, para que os conselheiros se apropriassem de conhecimentos técnicos para que pudessem votar com mais segurança. **A conselheira Maria Alice Gomes Athayde** disse que fazia parte da Comissão de Orçamento e Programação e não existe nada referente à odontologia e nem em relação às causas da morbidade que é zero. Ainda com a palavra, a conselheira disse que existem dois técnicos de planejamento, que estes profissionais passassem a fazer parte das reuniões da comissão contribuindo na análise dos relatórios. A conselheira disse ainda, que quando o relatório entrou com nomenclatura a equipe da comissão não entendeu se foi reprogramado, completou dizendo ser uma tristeza os indicadores constantes nesses relatórios, enfim, subentende-se que parou o sistema de saúde. **A conselheira Sylvana Medeiros** disse que esteve com o CES/AL na prestação de contas de dois mil e dezessete (2017), mas que foi feita uma retrospectiva com relação à prestação de contas de dois mil e quinze e dois mil e dezesseis, dai o COSEMS passou a questionar a SESAU sobre os investimentos da Atenção Básica e Vigilância da Saúde, também começou a Publicizar as informações sobre a questão, porque a falta dos repasses da contrapartida do Estado para ás áreas nesses últimos dois anos, quem mais sentiu na pele foram os municípios, que a questão não estava simplesmente de aprovar ou não aprovar o Relatório Anual de Gestão e sim, o que não foi feito ficou perdido, a exemplo de tratamento, melhor em casa, medicamentos e inclusive vidas. A conselheira lembrou-se de uma reunião que houve na CIB onde COSEMS se retirou e mandou um documento para o CES/AL sobre a questão. Ainda com a palavra, sugeriu se fazer uma recomendação destinada ao Governador do Estado e Secretário de Estado da Saúde, porque precisa ver o sistema de forma estrutural, lembrando que em outros tempos houve investimentos do Ministério da Saúde na atenção básica, a exemplo de reformas de unidades básicas de saúde, onde o Estado também entrava com contrapartida, “pois existe a necessidade de se fazer esse resgate de um planejamento de forma ascendente, consultando os técnicos, ter um olhar para atenção primária, enfim sensibilizar a gestão”. **Silvana Medeiros** falou que sente falta dos trabalhos realizados pelo Estado na saúde, segundo a mesma, houve um retrocesso, pedindo que a gestão ouça os técnicos e que se discuta com o controle social. A **conselheira Maria do Perpetuo Socorro Ayres Oliveira** disse que a secretaria do estado da saúde não está priorizando a atenção básica e que o Plano Municipal de Saúde é exatamente para os gestores municipais tocarem a atenção básica. A conselheira começou questionando a questão do Estado não estar fazendo investimentos na atenção básica. Mas que se precisa ter um olhar para os dois entes que são responsáveis pela execução dos serviços, os níveis estadual e municipal. A conselheira disse que os Planos Municipais de Saúde prioriza a atenção Básica, aproveitou e fez referência a fala da conselheira Silvana Medeiros, quando ela disse que estão perdendo vidas. Em seguida falou que quando da apresentação do Relatório de Gestão com as metas que foram pactuadas e não alcançadas, exemplificou dez (10) metas pactuadas e cinco (05) alcanças, os recursos pelo não cumprimento das metas não alcançadas são cortados diretamente do Fundo de Saúde de cada Ente, também disse, que os municípios reclamavam demais quando existiam os cinco blocos de financiamento porque engessava o orçamento e não podiam remanejar recursos de uma área para outra. Então o Ministério da Saúde resolveu unificar em dois blocos, visando dar mobilidade a gestão, seja Estadual e/ou Municipal. A conselheira disse ainda, que os municípios, assim como o Estado visa hospitais, passando a citar como exemplo uma cidade que ela visitou onde foi construída uma Unidade de Saúde sem seguir as normas do Ministério da Saúde, com primeiro andar, duas salas no térreo, inclusive com um auditório e duas salas no primeiro andar, sendo implantada numa área quilombola, onde a equipe só trabalhava uma vez por semana. Daí a conselheira questionou para quê?Significando que a culpa não só era do Estado e sim dos Municípios, pois não priorizavam as atividades da Atenção Básica. Com relação às UPAS, segundo a conselheira o objetivo era reduzir a demanda do HGE, servindo de referência para os municípios de cada região de saúde, mas parece que isso não aconteceu, pois o HGE continua com excesso de lotação, significando que o maior interesse não era nas UPAS e sim nos recursos enviado pelo Ministério da Saúde. A **conselheira Maria Derivalda Andrade** disse que em outros tempos a SESAU tinha uma boa equipe de planejamento, e hoje, é muito deficitária, havendo necessidade de reestruturação dessa equipe, com a escuta dos profissionais, pois o que aconteceu foi devastador. **O presidente do CES/AL Jesonias da Silva** disse que de acordo com a prestação de contas constante no Relatório de Gestão, a situação do Estado é preocupante e que precisa olhar com mais responsabilidade a situação da atenção básica, disse ainda ter tomado conhecimento de alguns programas que foram paralisados, mas que o Estado, por amizade, continuava pagando a determinadas Prefeituras. Falou também de locação de contratos de serviços vencidos e não renovados, mas o Estado, praticando irregularidades vem pagando por autorização, “segundo o presidente, são essas práticas que o CES/AL tem que acompanhar de perto”. Falou que o presidente citou também a questão da não realização de concurso público na saúde. Diante de tantos questionamentos **o presidente do CES/AL Jesonias da Silva** falou da necessidade da sociedade se sentir representada pelo Conselho Estadual de Saúde, porque as pessoas estão morrendo. Finalizou sugerindo apresentar o relatório e encaminhar ao Tribunal de Contas. Sugeriu ao plenário uma recomendação para os dois Relatórios Anuais de Gestão – RAG. **A conselheira Derivalda Andrade** propôs que o Estado apresentasse seu plano ascendente. Em seguida, **o presidente do CES/AL Jesonias da Silva** colocou a Relatório Anual de Gestão/2016 – sugerindo sua reprovação, conforme Parecer da Comissão de Orçamento e Programação, onde obteve a unanimidade com 26 (vinte e seis) votos a favor. Finalizando a pauta da reunião **o presidente do CES/AL Jesonias da Silva** passou para os informes, passando a palavra para o Coordenador da Mesa conselheiro **Gerônimo Ferreira da Silva** que informou sobre a realização do 9º. Encontro dos Hipertensos e Diabéticos. **O conselheiro Jade de Albuquerque Rodrigues** informou que nos dias 28 e 29/05/2018, haveria uma capacitação da CISTT, mas que foi adiada. **O conselheiro Cícero Vieira Sampaio** informou que a CGU estava convidando todos os conselheiros para participar do seminário sobre controle social na saúde, a ser realizada no dia sete (07) de junho de dois mil e dezoito (2018), das catorze às dezoito horas, na Avenida Comendador Gustavo Paiva, 2789, Edifício Narcon, sala 409 – Bairro de Mangabeiras. Finalizando os informes, o conselheiro **Wellington Soares dos Santos** disse que o Sindicato está fazendo assembléia na porta da Secretaria de Administração**.** O presidente **Jesonias da Silva** encerrou as 67ª Reunião Extraordinária do CES/AL, às dezessete horas e cinco minutos (17h05min). Eu, Marleide Ribeiro de Lira, Assessora Técnica do Conselho Estadual de Saúde lavrei a presente ata que será assinada por todos conselheiros e conselheiras.

Alfredo Raimundo Correia Dacal –

Maria do Perpétuo Socorro Ayres Oliveira –

Cícera Joseane Siqueira Araújo –

Jesonias da Silva –

Vera Elias Rodrigues –

Cristiano Sousa Silva –

Eluciane Soares da Luz –

Jade de Albuquerque Rodrigues –

Francisco Renê Leite Gondim–

Maria Derivalda Andrade –

Bruna Lorena Araújo Pereira –

Cícero Vieira Sampaio –

Francisco Paulo da Silva –

Clodoaldo Vieira Guimarães –

Francisco Ricardo Correia Mata –

Gerônimo Ferreira da Silva –

José Cláudio Vital Custódio –

José Wilton da Silva –

Manoel Eduardo Oliveira –

Marcus José Guimarães Rego –

Maria Alice Gomes Athayde –

Maria Augusta Machado Marinho–

Tony Cloves Pereira –

Wellington Soares dos Santos–

Sylvana Medeiros Torres –

Josenete de Souza Pimentel –

Amaro Honório da Silva –

Pedro Ricardo dos Santos –

Fernando Antônio Souza Dórea –

Maria de Fátima Lopes de Albuquerque –